

O ESG no Discurso Jornalístico sobre o Meio Ambiente: uma análise do projeto Prática ESG do jornal Valor Econômico¹

Janaína Cardozo Capeletti²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo compreender como se constrói o discurso sobre meio ambiente, do projeto editorial Prática ESG do jornal Valor Econômico. ESG é um termo inglês - *environmental, social and governance* – e corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica e a análise do discurso de filiação francesa. Assim, identificou-se que o discurso ESG está atrelado à formação discursiva neoextrativista ao apresentar uma visão colonial e de relações de poder do mercado como capaz de solucionar a crise socioambiental atual e de que o Brasil é um “mar de oportunidades” a serem exploradas diante do cenário ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: ESG; jornalismo ambiental; análise do discurso, comunicação, meio ambiente.

Introdução

Presente na agenda global desde a segunda metade do século 20, o desenvolvimento sustentável é, hoje, um discurso em constante disputa. “Isto significa que diferentes setores políticos, econômicos e sociais buscam legitimar sua visão do Desenvolvimento Sustentável como verdadeira, ajudando, desta forma, suas agendas particulares” (SUGHARA; RODRIGUES, 2019, p. 2).

Após os anos 2000, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável começou a abordar as mudanças climáticas, questão vinculada aos níveis de consumo e de produção. Aqui ganha impulso a tese de que tecnologias “mais limpas” poderiam resolver os problemas socioambientais. Porém, esta ideia não considera as questões como a concentração de renda, o aumento do consumo de matéria e energia e a ameaça inerente que é o atual sistema capitalista (MARQUES, 2015). Skliar (2019) nos diz que o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável foram capturados pelos interesses corporativos nas últimas décadas do século 20 e foram transformados no que ele nomeia

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho de Perspectivas Contemporâneas de Pesquisas a partir do Jornalismo Ambiental, evento integrante da programação do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 13 a 15 de junho de 2024.

² Jornalista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS) e integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (UFRGS/CNPq), email: janacapeletti@gmail.com

de bloco histórico “bom Antropoceno”, no início do século 21. Essa captura corporativa é teorizada em termos da classe capitalista transnacional representada por frações corporativas, estatistas/políticas, profissionais e consumistas que operam em todos os níveis de um mundo cada vez mais globalizado.

As discussões em torno do ESG nascem diante desse cenário. O termo vem do inglês - *environmental, social and governance* (ambiental, social e governança) e foi cunhado, em 2004, pelo Pacto Global, iniciativa do setor privado para o desenvolvimento sustentável vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, o ESG corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. Embora o conceito já exista há 20 anos, no Brasil o tema ganhou destaque recentemente, com mais proeminência desde a pandemia de COVID-19, em 2020.

A partir da ascensão da pauta, principalmente nos veículos de mídia hegemônicos, surgiu a proposta de pesquisa que se concentrou em investigar como se constroem os sentidos sobre meio ambiente expressos no projeto editorial Prática ESG, do jornal Valor Econômico. De acordo com informações da revista Exame divulgadas em setembro de 2022, em levantamento do Google Trends, o termo ESG cresceu 1.200% nas buscas na Internet realizadas no Brasil, entre os anos de 2020 e 2022.

As origens do conceito de ESG remetem aos estudos sobre Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Responsabilidade Social Corporativa (RSC). O termo responsabilidade social corporativa foi criado em 1953 por Howard Bowen em sua obra “*Social Responsibilities of the Businessman*” (1953), estabelecendo a associação entre as operações em larga escala das corporações e seus diversos impactos na sociedade (PRESTON, 1975). O ESG também é relacionado ao termo Finanças Sustentáveis, inclusive, no jornalismo europeu, a cobertura do tema é de responsabilidade dos jornalistas que cobrem esta área. Strauss (2021) diz que especialistas defendem que as finanças sustentáveis funcionam como uma alavanca na canalização de capital para investimentos sustentáveis que ajudarão a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) até 2030 e o Acordo de Paris para limitar o aumento da temperatura média global a um nível muito inferior a 2°C.

O crescente debate sobre o Antropoceno (proposta de mudança de época geológica) serviu também como embasamento teórico para a pesquisa. O Antropoceno, ao propor uma reflexão da crise ecológica deve considerar em sua base o crescimento

econômico e o capitalismo. Moore (2016) nos fala que o Capitaloceno descreve com mais acuidade os impactos humanos e a responsabilidade do sistema capitalista pela transformação do planeta, produzindo e explorando desigualdades sociais, promovendo a acumulação, apropriação e desapropriação do trabalho, da natureza e do espaço.

Para Carranza (2019), a ideia do Capitaloceno aponta para o processo histórico extrativista do capitalismo e como ele é intimamente ligado ao colonialismo e à globalização. Com raízes históricas no extrativismo, Maristella Svampa (2019) explica que o neoextrativismo é um fenômeno pluridimensional. Na medida que ele remete a padrões de desenvolvimento insustentáveis e ao aprofundamento da lógica de espólio, é possível perceber em seu funcionamento diferentes dimensões para a crise atual.

Como pontuam Colatto e Ijuim (2022, p. 12), o Brasil, que possui a maior biodiversidade do planeta em seu território (ICMBio, 2017), “ainda possui uma imprensa comercial que vê as pautas ambientais como secundárias, tangenciais ou apenas merecedoras de destaque quando repercutidas internacionalmente – geralmente em razão de alguma catástrofe ou ineficiência da gestão privada ou pública”.

Conforme indicam Loose e Girardi (2021), para que o Jornalismo Ambiental consiga exercer seu papel é preciso decolonizar a prática, rompendo com a lógica hegemônica do pensamento científico binário e cartesiano, que fragmenta os conhecimentos. Ainda, segundo Girardi. *et al.* (2012, p.147) “em Jornalismo Ambiental tudo é informação, incluindo o próprio ambiente, o espaço e as diferentes manifestações que abriga”. Demanda uma práxis que vá além da cobertura de assuntos centrados em meio ambiente, incorporando aspectos como a visão sistêmica e a pluralidade de vozes.

Com o intuito de responder as questões e os objetivos da investigação, dois caminhos foram percorridos: a busca de bases teóricas e conceituais por meio de Pesquisa Bibliográfica seguindo, a partir dos embasamentos teóricos, para Análise de Discurso de filiação francesa (AD). Em março de 2022, em parceria com o jornal O Globo, o Valor Econômico criou projeto editorial Prática ESG. O projeto, de acordo com o site do jornal, “quer funcionar como um guia para ajudar o mercado corporativo a implantar, de fato, políticas ESG que possam ter seu impacto mensurado pela sociedade”.

Em um primeiro momento foi feita a seleção do material publicado no site do Jornal Valor Econômico, na editoria Prática ESG, constituindo o *corpus* empírico da pesquisa. O enfoque foi direcionado para as matérias que tratavam da temática ambiental,

ou seja, a letra E (*environmental*) da sigla ESG. O recorte temporal da amostra para análise foi de três meses – outubro, novembro e dezembro de 2023. A seleção deste período se justifica pelo fato de que no final de novembro e início de dezembro se realizou a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP 28), em Dubai. O *corpus* da pesquisa é constituído por 49 textos, produzidos exclusivamente pela reportagem do Valor Econômico ou para o Valor Econômico. A partir do mapeamento das regularidades de sentidos expressos nos discursos e dos efeitos de sentidos mais acionados no caderno Prática ESG foram identificadas 289 Sequências Discursivas (SDs). Os sentidos produzidos no projeto Prática ESG remetem a filiações ideológicas relacionadas ao sistema capitalista, como já era de se esperar de uma editoria voltada para a produção de conteúdo destinada ao mercado e conforme as características do jornal.

Da colonialidade ao neoextrativismo

Após este passo, foi possível encontrar a Formação Discursiva (FD) que domina os sentidos do projeto editorial, regularizada nos dizeres jornalísticos do discurso em torno do potencial brasileiro diante da economia verde e do poder do mercado em solucionar a crise socioambiental, por meio de seus engrenagens. Assim, a FD constituída é a Neoextrativista. Aqui importa resgatar Althusser (1969) com o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). Pruinelli (2020) argumenta que os AIEs não podem ser compreendidos como instrumentos da classe dominante, mas como o espaço onde se dá a luta de classes. Assim é “também nesses locais, em que posições de âmbito político e ideológico em embate se estruturam, a partir das formações ideológicas” (PRUINELLI, 2020, p. 122). Sob esta visão, compreende-se, então, que a Formação Ideológica (FI) vinculada a formação discursiva Neoextrativista é a Colonialidade.

A FI Colonialidade se constitui a partir dos sentidos encontrados nos textos analisados que remetem ao Brasil como um país repleto de possibilidades, visto como um agente importante para guiar a economia verde mundial, e um lugar com fontes de recursos diversificados que podem servir de “laboratório vivo” ou “celeiro” para o mundo nesta nova fase, ambientalmente dramática. Mignolo (2010) destaca que uma das facetas da colonialidade é, justamente, o “controle da natureza e dos recursos naturais” (MIGNOLO, 2010, p. 12). A ideologia colonial é manifestada nos textos analisados por meio das relações de poder instituídas pela “instituição” mercado como detentor das soluções para as questões socioambientais. É por meio do capital que detém, que o

mercado arbitra sobre a resolução da crise ambiental, com suas lógicas e ferramentas. Da mesma forma, o Estado se relaciona nesta aliança de poder ao determinar as regulamentações e incentivos para as ações do mercado, validando-o como “guardião da natureza”.

A FI se evidencia por meio de sequências discursivas que explicitam a posição de sujeito do mercado, com a autoridade do enunciador, como o que detém poder de resolver mazelas da sociedade atual. As reiteradas vezes em que o discurso do projeto Prática ESG apresenta o sentido de que “o Brasil é um mar de oportunidades”, convocam a possibilidade de protagonismo brasileiro na economia verde. Contudo, essas oportunidades econômicas atreladas a soluções ambientais se desenham na perspectiva do poder. São oportunidades de crescimento financeiro para investidores, empresas e governo. Não há atravessamentos de sentidos. Não há questionamentos sobre como serão aproveitadas estas oportunidades e em benefício de quem. Também não se verifica uma reflexão maior sobre quais os impactos ou consequências estas oportunidades trarão aos envolvidos, direta ou indiretamente.

Considerações finais

Conclui-se que os discursos sobre meio ambiente no projeto Prática ESG reafirmam as ações de mercado, não propõem soluções alternativas e não questionam os impactos do que é proposto pelas vozes ouvidas. Embora esta pesquisa não tenha se disposto aos estudo de vozes, nota-se um jornalismo que beira ao declaratório, pela unicidade dos discursos advindos de fontes empresariais e institucionais. Assim, identificam-se riscos de que a editoria possa fornecer uma plataforma de “*greenwashing*” ao mercado financeiro. Nota-se a importância de que vozes diversas e impactadas pelas ações anunciadas sejam ouvidas, além da necessidade de averiguação das ações anunciadas nas matérias e de seus reais resultados, como ditam os pressupostos do Jornalismo Ambiental. O ESG é demonstrado no discurso como uma ferramenta de mercado que atende a reputação empresarial, as adequações às exigências regulatórias e legislativas e a manutenção de mercado, ante às exigências de investidores e de consumidores.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado** [1969]. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1980.

CARRANZA, M. R. **El discurso del Antropoceno**: limitaciones ante la emergencia climática. In: TORNEL, Carlos (coord.). *Alternativas para limitar el calentamiento global en 1.5°C: más allá de la economía verde*. Ciudad de México: Fundación Heinrich Böll, 2019. p. 86-105.

COLLATO, C; IJUIM, J. K. **Jornalismo Ambiental**: reflexões sobre conhecimento, direitos humanos e complexidade. *RIDH | Bauru*, v. 10, n. 2, p. 199-221, jul./dez., 2022.

GIRARDI, I. M. T; SCHWAAB, R; MASSIERER, C; LOOSE E. B. **Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental**. *Comun Soc.* 34(1):131-52. 15, 2012.

LOOSE, E. B.; GIRARDI, I. M. T. **Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental**. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 58, p. 319-333, jul./dez. 2021.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MOORE, J. **Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism**. PM Press, 2016.

PRESTON, Lee. **Corporation and society: the search for a paradigm**. *Journal of Economic Literature*, p. 435-453, 1975.

PRUINELLI, A. M. **Formação Ideológica**. In: LEANDRO-FERREIRA, M. C (org.). **Glossário de Termos do Discurso – edição ampliada**, 1ª edição, Campinas, Pontes Editores, 2020.

SKLAIR, L. **The corporate capture of sustainable development and its transformation into a ‘good Anthropocene’ historical block**. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 19(2), 296-314, 2019.

STRAUB, N. **Devil’s Advocate or Agenda Setter? The Role of Journalists Covering Sustainable Finance in Europe**. *Journalism Studies*, 22(9), 1200–1218, 2021.

SUGAHARA, Cibele R.; RODRIGUES, Eduardo L. **Desenvolvimento Sustentável: Um Discurso em Disputa**. *Desenvolvimento em Questão*, vol. 17, núm. 49, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. 2019.

SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoeextrativismo na América Latina**: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e nova dependências, São Paulo: Elefante, 2019.